Identidade animal não mais como uma marca no lombo: identificação e autenticação biométricas para o reconhecimento da identidade biológica animal – rumo à efetivação da pessoa física animal

Animal identity no longer as a “mark on the loin”: biometric identification and authentication for the recognition of animal biological identity – towards the effectiveness of nonhuman animals as legal persons

Simone Dolzan*
Waleska Mendes Cardoso**

RESUMO

O presente artigo propõe o uso da ciência biométrica, como técnica e argumentação a se considerar, para inclusão e reconhecimento da individualidade de animais não-humanos. Esta seria uma nova perspectiva para validar uma identificação que desvincula o animal da carga valorativa negativa associada ao termo “coisa” e da pretensa neutralidade do uso de uma tarja numérica de produção, muitas vezes abrasiva e humilhante. O objetivo é identificar cada animal com a lógica de dados biológicos de um ser, único e irrepitível, que nasceu. Esta proposta é facilitada, atualmente, com a possibilidade da leitura digital de biometria primária da impressão do focinho de algumas espécies, que se iguala à maneira de identificação da digital humana. Ela também abre caminho à criação de um sistema nacional de identificação animal, através de um Cadastro de Pessoa Física Animal, aplicável àqueles animais de maior circulação no meio social e econômico do país: os domésticos; os que ainda cumprem o papel de exploração comercial na cadeia de produção de leite e de corte; os direcionados para pesquisas científicas; bem como, os treinados e mantidos para práticas desportivas. Além da validação dessa identidade, a proposta estabelece pontos positivos à criação de políticas públicas, colaborando, indubitavelmente, com uma forma mais contundente de personificação própria, bem como as vantagens de consolidar o Brasil em um papel de protagonismo e em uma posição de referência na construção normativa do direito animal.

Palavras-chave: biometria animal; direito animal; identidade animal; personalidade jurídica; tecnologia de reconhecimento por escaneamento digital.

Artigo submetido em 3 de novembro de 2023 e aprovado em 18 de dezembro de 2023.

* Especialista em Direito Animal e Prática Jus Animalista pela Escola Superior de Ecologia Integral, Justiça e Paz Social (EJUSP). Especialista em Administração Estratégica em Marketing pela Universidade Estadual de Goiás. Estudos continuados em “An Introduction to Cognitive Science” e “Mastering Marketing: Social Media Marketing Strategy”, pela Stanford - Continuing Studies. Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Profissional de Marketing. EMAIL: sdolzan@hotmail.com; LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4309731453345016>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8190-1574>.

** Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Direito dos Animais pela Universidade de Lisboa. Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos Fundamentais pela Università di Pisa. Especialista em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharela em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente da Pós-Graduação Lato Sensu Direito Animal e Prática Jus Animalista (EJUSP). EMAIL: waleska.cardoso@gmail.com; LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4715987652300630>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0346-3732>.

ABSTRACT

This article proposes the use of biometric science as a technique and an argument to be considered for the inclusion and the recognition of the individuality of nonhuman animals. It aims to correct the negative value associated with the term “thing” and the alleged neutrality of a numeric label which is often abrasive and humiliating. The goal is to identify each animal as a unique and unrepeatable being using biological data. This proposal is currently facilitated by a digital reading of the primary biometrics of the nose print of some species, analogous to the identification of humans with fingerprints. It also paves the way for the creating of a national animal identification system through an Animal Physical Person Registry applicable to those animals with the greatest circulation in the country’s economic and social environment: domestic animals; those that fulfill the role of commercial exploitation in the production of milk and beef; those used on scientific research; as well as those trained and maintained for sports practices. In addition to the validation of this identity, these measures constitute many advantages in creating of public policies, undoubtedly collaborate with more forceful form of personification and would place Brazil at the forefront of the normative construction of Animal Law.

Keywords: animal biometrics; animal law; animal identity; legal personhood; digital scanning recognition technology.

1 INTRODUÇÃO

Não obstante os esforços dos defensores dos animais, na cultura ocidental, os animais não-humanos não são tratados como indivíduos, são categorizados pela ótica antropocêntrica como “objetos” ou “coisas”, sob o principal argumento de que eles não seriam dotados de racionalidade e autonomia.

A interpretação tradicional e hegemônica do ordenamento jurídico brasileiro ainda estabelece, aos animais, a natureza jurídica de “coisa” ou “bem semovente”, com base no Código Civil, Lei n.º 10.406, artigo 82, reforçando a negativa de sua personalidade jurídica: “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social” (Brasil, 2002). Essa ainda é a posição majoritária na doutrina e na jurisprudência brasileiras.

Do ponto de vista filosófico, sempre houve muitas discussões e debates em torno da ética e da moral no tratamento dado aos animais e sem grandes avanços até algumas décadas atrás, quando, dentre outros scholars, o filósofo norte-americano Tom Regan desenvolve a Teoria dos Direitos dos Animais. Lançando uma nova perspectiva ao avaliar direitos morais básicos aos animais não-humanos em comparação aos mesmos direitos reconhecidos aos humanos, Tom Regan desenvolve uma defesa abolicionista que consiste no reconhecimento de igual direito ao respeito aos “sujeitos-de-uma-vida”, que, segundo o próprio filósofo os denomina, são todos os entes que possuem consciência, senciência, memória, senso de futuro, interesses de bem-estar e interesses de preferência – isto é, uma vida mental complexa, que os dota de um valor inerente, uma dignidade, que não pode ser reduzida ao mero valor extrínseco e instrumental. Ante essa defesa, muitos animais não humanos e os humanos são sujeitos-de-uma-vida e possuem o direito inato de serem respeitados enquanto sujeitos.

Os avanços na Filosofia vêm acompanhados de estudos científicos que comprovam as capacidades cognitivas dos animais: a senciência e a consciência dos animais não-humanos, além de outras habilidades e capacidades decorrentes de sua vida mental. A consciência e a capacidade para ações intencionais dos animais foram atestadas pela Declaração de

Cambridge, em 2012: “(...) os animais não humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência” (Low, 2012). Essa declaração fora assinada por renomados cientistas da área de neurociência cognitiva, neurofarmacologia, neurofisiologia, neuroanatomia e neurociência computacional. Com ela, é cogente afirmar, hoje, que todos os seres vertebrados e alguns invertebrados possuem as capacidades mentais que caracterizam um sujeito-de-uma-vida.

Seguindo a linha argumentativa de inclusão dos animais não-humanos no rol dos entes que possuem direitos, desenvolveremos um estudo sobre a identificação e a autenticação biométricas para o reconhecimento da identidade biológica animal, de modo a contribuir com a efetivação da pessoa física animal.

Através da pesquisa básica exploratória a partir de revisão bibliográfica sobre biometria animal e formas de identificação animal reguladas no Brasil, o trabalho permite avançar para a pesquisa aplicada. Tem, portanto, cunho propositivo, de modo a apontar as vantagens da adoção da tecnologia de escaneamento de dados biométricos para a identificação animal e quais os contornos minimamente adequados de um Sistema Nacional de Identificação Animal.

Em um primeiro momento, apresentaremos essa nova perspectiva que se ancora no reconhecimento de um corpo físico individual e no uso das novas tecnologias para uma nova forma de identificação animal que se estabelecerá pelas características biológicas individuais, registradas por um sistema de leitura digital. Trata-se de uma metodologia de identificação não invasiva e não cruel, em substituição a métodos de identificação ultrapassados, impessoais, comerciais e, muitas vezes abrasivos e humilhantes.

Em seguida, proporemos algumas ideias para a criação de um Sistema Nacional de Identificação Animal, bem como explicitaremos as vantagens práticas e simbólicas do uso dessa metodologia de identificação para o avanço do reconhecimento dos animais como pessoas e do conseqüente incremento dos direitos animais no Brasil.

2 O USO DO RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS ANIMAIS

Atualmente, são utilizados diversos métodos para a identificação dos animais no país. A maioria dessas práticas é cruel e degradante e está ancorada na ideia de que animais são coisas substituíveis, apenas números.

Dentre esses métodos, estão a marca na orelha, tatuagens, brincos, anilhas, etiquetas ou colares e correntes eletrônicas no pescoço. Recentemente, tem-se estabelecido o método da microchipagem, onde há implante de um chip eletrônico sob a pele, entre as omoplatas ou perto da base da orelha. De acordo com a vigente Resolução 1.321, de 24 de abril de 2020, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em seu artigo 2º, inciso VII, o microchip é um

dispositivo eletrônico implantado privativamente por médico-veterinário, por via subcutânea, que possui um número único de série revelado quando aproximado a um leitor e que contém informações sobre o animal, tais como nome, raça, sexo, idade e identificação do proprietário ou tutor; (Conselho Federal De Medicina Veterinária, 2020)

A resolução, ao regular as informações obrigatórias em prontuários de atendimentos, menciona o uso de tatuagem, brinco, registro genealógico e outras formas de identificação: “Art. 3º VI – conter informações que permitam a identificação do paciente, tais como nome, sexo, raça, idade real ou presumida, cor de pelagem ou plumagem, sinais particulares,

tatuagem, brinco, microchip, registro genealógico e, conforme o caso, resenha detalhada” (Conselho Federal De Medicina Veterinária, 2020).

Há também, ainda em uso, o método da marca de ferro no corpo dos bovinos. Este é, possivelmente, o método mais cruel e humilhante ainda utilizado e está regulamentado pela Lei nº 4.714, 20 de junho de 1965:

Art. 1º: O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo da linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e humero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada grupon. (Brasil, 1965)

De acordo com o Manual de Boas Práticas de Manejo – Identificação (Schmidek et al., 2009, p. 09), há diversas práticas de identificação para bovinos, tais como o bolus intraruminal, marcação a frio, cortes nas orelhas, colares de identificação e marcas nos chifres; sendo as técnicas mais comuns o uso de tatuagem, brinco (visual ou eletrônico) e marcação a fogo. Segundo este documento técnico,

Do ponto de vista do bem-estar animal, a marcação a fogo é desaconselhada, principalmente quando realizada em partes mais sensíveis do corpo do animal, como na cara, por exemplo. Todavia, seu uso é ainda muito frequente e muitas vezes obrigatório, como no caso de controle da brucelose, justificando assim a inclusão desta metodologia neste manual. (Schmidek et al., 2009, p. 29)

Por determinação da Instrução Normativa nº 10, de 03 de março de 2017, da Secretaria da Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em seu artigo 12, os animais vacinados contra brucelose devem ser marcados com ferro candente ou nitrogênio líquido: “Art. 12. A marcação das fêmeas vacinadas entre três e oito meses de idade é obrigatória, utilizando-se ferro candente ou nitrogênio líquido, no lado esquerdo da cara” (Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento; Secretaria Da Defesa Agropecuária, 2017). E, embora esse método ainda seja amplamente realizado e regulamentado, há, pela própria instrução normativa mencionada, a faculdade de o MAPA aprovar outras formas de marcação e identificação.

Para a identificação de suínos, a Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020, do MAPA, prevê as seguintes técnicas: “Art. 37. Os métodos de identificação dos animais incluem as mossa, tatuagens de orelha, brincos, bottons e microchips.” (Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento, 2020). A mossa consiste, segundo o artigo 2º, inciso IX dessa regulamentação, na “forma de identificação dos suínos através de piques nas orelhas” e, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 37, tal prática será permitida como forma de identificação, no Brasil, até 1º de janeiro de 2030.

Todos esses meios e formas de identificação atualmente praticados remetem à identificação de um objeto associado à valoração econômica ou utilitária, colocado em uma posição social de inferioridade, subjetivada pelo poder da posse e da propriedade.

Por outro lado, este trabalho propõe o uso de uma nova metodologia de identificação dos animais, compatível com o respeito à sua singularidade e personalidade individualizada, permitindo a consolidação de uma visão dos animais como sujeitos sociais e não mais como meros objetos descartáveis.

A biometria (isto é, aplicação de métodos estatísticos para estudo de fenômenos biológico) utilizada para o reconhecimento de digital na comprovação da singularidade humana foi criada pelo cientista Francis Galton, no XIX. Com base no estudo decorrente da análise do padrão identificado nas pontas dos dedos de milhares de pessoas humanas, deu-se a

comprovação da diferenciação do individual e única de cada ser humano. Estabeleceu-se, a partir daí, uma forma mais confiável de identificação humana (Pato; Millett, 2020).

Com os avanços tecnológicos, ocorreu a introdução, em 2013, de leitor biométrico na autenticação da impressão digital para o desbloqueio de telefones celulares, passando essa tecnologia a integrar o uso corriqueiro em inúmeros outros caminhos de acesso, quando da necessidade de segurança e de agilidade num processo de identificação (Pato; Millett, 2020). E, em uma década, muito já se avançou.

Atualmente, entre os mais importantes tipos de biometrias para identificação humana, além da impressão digital, há o reconhecimento de retina, o reconhecimento de íris, o reconhecimento facial e o reconhecimento comportamental, podendo este ser subdividido em reconhecimento de voz, reconhecimento da escrita e o reconhecimento pela forma de andar (Pato; Millett, 2020). Cremos que este é um campo com inúmeras possibilidades, e que abre, inclusive, caminho para pesquisas mais aprofundadas sobre biometria animal (Awad, 2016).

Há registros de que a impressão da imagem do focinho de algumas espécies de animais já foi utilizada, no passado, para a identificação e de forma orgânica. É um exemplo a identificação de cavalos da raça árabe, na Turquia em 1921 (Taha et. al., 2017).

Para registro de cães pela The Canadian Kennel Club, o principal órgão de registro para cães de raça pura no Canadá, do ano de 1938 até abril de 1992, a informação biométrica do focinho desses animais era registrada, também, por procedimento com captura manual impressa em papel (Petersen, 1921). A The Canadian Kennel Club usou, também, o registro dessa área do focinho, pela fotografia.

Essas formas orgânicas de registro da impressão do focinho animal foram abandonadas ao longo do tempo, pelas dificuldades na obtenção da imagem. Elas, muitas vezes, não eram precisas devido à umidade própria da região do nariz dos animais, ou, pelo fato de que na hora do procedimento, se exigia que o animal permanecesse em posição sem grandes movimentos por alguns, o que nem sempre ocorria (Taha et. al., 2017).

Então, como podemos ver pelo procedimento de registro, o padrão do focinho desses mamíferos apresenta característica biométrica primária de reconhecimento, semelhante à identificação de pontos minúcias como na impressão digital humana, onde, minúsculos vincos e linhas salientes comprovam a individualidade biológica animal.

Segundo diversos pesquisadores, essa característica está presente no focinho de cães (Choi et. al., 2021) e gatos (Widyastuti, 2018), de bovinos (bois, vacas e bezerros) (Noviyanto; Arymurthy, 2013); dos ovinos (ovelhas, carneiros e cordeiros); dos caprinos (bodes, cabras e cabritos) (The Cattle Side, 2007); dos bubalinos (búfalos) (Awad, 2016) e dos suínos (porcos e leitões) (Karthik et al., 2018).

Salientamos que não se pode traçar limites no alcance de registros biométricos de identificação de outras espécies animais. O avanço acelerado em algumas áreas da tecnologia já tem apontado dados que possibilitam leituras métricas e estatísticas cada vez mais minuciosas e precisas para comprovação da identificação individual. Inclusive de mamíferos marinhos, a exemplo do tubarão-baleia. Seja pelos genótipos ou fenótipos das espécies, seja pela leitura facial, no caso dos chimpanzés, seja pela aparência para identificação à distância, de animais selvagens, a exemplo das zebras, há inúmeras características que permitem a identificação individualizada (Kummar et al., 2017).

Da comprovação da individualidade biológica de algumas espécies pela impressão do focinho, surge a possibilidade de estudos para a criação de leitor biométrico, também para os animais não-humanos. Isso permite a introdução de um Sistema Nacional de Identificação Animal, nos moldes de Cadastro de Pessoa Física (CPF), para a identificação do indivíduo animal não-humano.

É possível realizar, inclusive, uma identificação própria e em substituição aos métodos abrasivos e humilhantes descritos acima. Nessa nova leitura, o animal não-humano deixa de

ser uma tarja numérica de produção arbitrariamente conferida aos corpos, para assumir uma identidade própria e definível, utilizando-se da lógica de dados biológicos do ente que nasceu.

Inicialmente, a tecnologia pode ser usada para as espécies que já têm sua identidade biométrica identificada pela textura do focinho. É interessante ressaltar que esses são os mesmos animais que, em sua grande maioria, estabelecem relações com os seres humanos, isto é, que interagem na nossa sociedade, tais como: animais domésticos (domiciliados, errantes, semi-errantes, assilvestrados, comunitários, de abrigos públicos, de ONGs ou associações, de apoio emocional, animais-guias, de resgate, ou em serviço policial); os que ainda cumprem o papel de exploração comercial, na cadeia de produção de leite e de corte (pecuária, fazendas industriais e na economia doméstica); os direcionados para pesquisas científicas (universidades, laboratórios) e os treinados e mantidos para práticas desportivas (hipismo, vaquejada, cavalgada).

No entanto, com o avanço das pesquisas sobre biometria animal e com o aprimoramento de tecnologias e das instituições sociais, é possível futuramente incluir outras espécies, conforme a biométrica mais indicada no processo de leitura e reconhecimento individual.

3 NOTAS PARA A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO ANIMAL

Sobre a criação e a implementação de tecnologia para um Sistema Nacional de Identificação Animal por leitor biométrico digital, baseado na impressão do focinho animal, essas demandas estão inseridas no marco normativo das responsabilidades do Estado brasileiro. Conforme Decreto nº. 24.645/1934, parcialmente em vigor no Brasil: “artigo 1º Todos os animais existentes no país são tutelados do Estado” (Brasil, 1934) e, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 21, inciso XXIV: “compete a União: XXIV - organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei” (Brasil, 1988).

Aqui, cabe a interpretação de a responsabilidade pelo investimento e pela manutenção desse sistema de informação ser da União. Tal iniciativa deve envolver, ao menos: a criação de um software com sistema tecnológico de reconhecimento digital da biometria animal, baseado em padrões do focinho animal; a criação de um método não abrasivo na captura da imagem; o trabalho desenvolvido por profissionais capacitados para o uso de algoritmos adequados, sendo esses das áreas de ciências da computação, eletrônica e biologia; a criação de sistema digital com capacidade de captura de imagem precisa para registro, com possibilidade de verificação e cruzamento de dados, para confirmação e autenticação que levem à informação correta; a criação e a gestão de banco de dados robusto para integração nacional; sistema de tratamento e processamento de dados eficaz, preciso, rápido e seguro; o desenvolvimento interoperabilidade do sistema, com a possibilidade de leitura e de acesso a informações pelos sistemas operacionais de celulares Android e IOS para maior acessibilidade da população no registro de seus animais.

A União também teria o papel de inibir a criação de tecnologias independentes e paralelas em substituição a esse registro, para não ameaçar de violação o respeito à integridade individual dos animais e à sua segurança, com base na consideração de cada indivíduo, isto é, da personalidade do animal.

Os animais inicialmente contemplados no registro seriam aqueles que existem em grande número no Brasil, que possuem numerosas relações jurídicas (e econômicas, sociais e culturais) no país e cujas minúcias dos focinhos podem ser lidas por leitores digitais: cães; gatos; bovinos (bois, vacas e bezerros); equídeos (cavalos e jumentos); caprinos (bodes,

cabras e cabritos); bubalinos (búfalos); ovinos (carneiros, ovelhas e cordeiros); suínos (porcos e leitões).

Assim como a identificação de seres humanos, os valores e custos do registro devem permitir a acessibilidade e a universalidade, devendo o serviço de identificação ser disponibilizado totalmente sem custos para a população e seus animais.

Sobre a obrigatoriedade do Registro, a ideia é que seja obrigatório, a ser efetivado pelo tutor, ou representante do animal; e de fácil acesso, de modo a garantir as inúmeras vantagens práticas que serão apresentadas a seguir. Uma delas é inclusive a possibilidade de identificar, por cruzamento de dados, acumuladores de animais e também canis irregulares, quando a pessoa tiver registrado sob sua tutela muitos animais (ou a grande circulação deles).

Sobre o acesso para pesquisa ao sistema, o tutor ou o representante legal pode ter livre acesso a todas as informações do animal; enquanto pode-se permitir acesso público limitado a terceiros, única e exclusivamente para a identificação e contatos dos responsáveis, porque qualquer pessoa poderá estar diante de um animal em situação de rua, precisando saber da sua procedência para a localização dos tutores ou representantes legais.

Sobre a garantia de segurança das informações individuais, deve ser dada a mesma segurança reservada aos dados de identificação humana, em seu registro de CPF e a seus dados pessoais sensíveis; segurança contra fraudes, que se permita evitar a tentativa de novo registro de um indivíduo já registrado, que tenha sido vítima de furto ou roubo.

O registro pode permitir a inclusão de informações sobre saúde, histórico de vida e, por evidente, registrar o fim daquela personalidade. Acerca de informações sobre óbitos e baixas, deverá ser informado mediante provas e será mantido no sistema para o histórico da existência desse indivíduo. Pode-se criar o sistema com a funcionalidade de gerar certidões e comprovante de atestado de óbito.

Essas são apenas algumas das características básicas desse Sistema de Informação, que pode ser alimentado localmente, porém gerido e mantido pela União.

4 VANTAGENS PRÁTICAS E SIMBÓLICAS DO USO DA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA PARA O AVANÇO DO DIREITO DOS ANIMAIS NO BRASIL

Essa proposta de metodologia de identificação, além de ser condizente com a proibição de tratamento cruel aos animais, determinada pelo artigo 225, §1º, VII, da Constituição Federal (Brasil, 1988), traz inúmeras vantagens práticas e simbólicas para o Estado e o Direito brasileiros, no que concerne ao respeito aos animais. A seguir, apresentamos algumas dessas vantagens práticas da possibilidade de implantação de um Sistema Nacional de Identificação Animal por leitor biométrico baseado na impressão do focinho animal, nos moldes de um Cadastro de Pessoa Física (CPF).

A primeira delas é a possibilidade de registro individual de animais domésticos, dentre eles os domiciliados, errantes, semi-errantes, assilvestrados, comunitários, de abrigos públicos, de ONGs ou associações, de apoio emocional, guias, de resgate, ou em serviço policial.

Segundo dados referentes a uma atualização da pesquisa desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas para a Comissão de Animais de Companhia (COMAC) do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal: "A população total de cães e gatos no Brasil deve chegar em cerca de 100 milhões de animais até 2030. Isso representa um percentual de quase 26% a mais do que a população total de pets em 2019" (SINDAN, [2021?]).

Um registro nacional, obrigatório, será de grande importância em uma realidade de expansão populacional desses animais. Desse registro, será possível construir e ter-se acesso à biografia do indivíduo animal, como: identificador biométrico próprio, procedência, histórico de saúde e prevenções a doenças (vacinações e outros procedimentos).

A identificação biométrica e a gestão do sistema de identificação poderiam facilitar a investigação e o acompanhamento de situações de maus-tratos, possibilitando uma supervisão mais direta no caso de suspeita de maus-tratos e de falta de responsabilidade dos tutores.

Será também possível identificar se um animal doméstico, no caso de ser errante, já teria pertencido a um domicílio anteriormente. Com isso, é possível realizar o monitoramento de abandono de animais, uma vez que o atual descontrole leva a maus-tratos e à proliferação de zoonoses. A tecnologia e a base de dados igualmente permitirão a localização dos envolvidos, seja dos tutores que eventualmente abandonaram seus animais, facilitando a sua responsabilização, seja da identificação de animais desaparecidos, perdidos ou roubados (pet perdido), havendo maior eficácia para identificação rápida e precisa. Essa identificação possibilitará o retorno do animal, ao tutor de direito, se comprovado que não houve abandono.

Não há pesquisas, até o momento, no Brasil, que apontem dados específicos sobre o número de animais sendo procurados por seus tutores. Porém, estima-se que boa parte dos animais de rua já tenham pertencido a um lar. Muitos dos animais perdidos, dificilmente conseguem resgate e permanecem em situação de rua e de vulnerabilidade. Isso ocorre principalmente com os cães Sem Raça Definida (SRD). Com essa identificação individual, é possível fornecer maior controle e direcionamento de medidas punitivas, em relação ao descumprimento dos deveres de guarda responsável por parte dos tutores.

O sistema também é capaz de facilitar a supervisão de processos de adoção, se houver abandono; pois, após uma adoção, aumentam as possibilidades de identificar se dentre os animais errantes que já tenham sido cadastrados pela prefeitura estarão também animais previamente adotados cadastrados. Também, em situação de resgates, será possível ter acesso facilitado ao banco de registros e ao histórico do animal.

O método de identificação biométrica e a criação do Sistema Nacional de Identificação Animal são vantajosos, igualmente, para inibir a venda ilegal de animais. O registro biométrico possibilita maior precisão na fiscalização de criação e de venda ilegal de animais, pelos órgãos fiscalizadores, uma vez que dificulta a adulteração de dados e inserção de informações arbitrárias e não correlacionadas a cada animal. Pode-se realizar o monitoramento de cães autorizados, com maior precisão, pelos órgãos fiscalizadores do bem-estar animal e também as condições dos animais em abrigos, ONGs ou associações. Igualmente, é possível inibir o acúmulo de animais, por meio do monitoramento das informações por órgãos fiscalizadores.

O sistema permite o monitoramento de focos patógenos zoonóticos, o controle populacional e a vacinação. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem mais de 200 tipos de zoonoses, que compreendem uma grande porcentagem de doenças novas e existentes, nos humanos (World Health Organization, 2020).

Diante da possibilidade de ter-se acesso a informações individuais dos animais, mais eficazes serão as campanhas direcionadas à distribuição, à aplicação de vacinas e ao acompanhamento de seus resultados. Mais eficazes podem ser as ações de supervisionamento direto em focos de doenças pré-existentes, novas ou se houver a volta de alguma doença já erradicada.

Da mesma forma, o uso da tecnologia proporcionará um maior direcionamento na aplicabilidade de políticas públicas para cães e gatos, com precisão e rapidez nas campanhas nacionais, determinadas aos municípios. Isso pode gerar maior eficácia nas políticas públicas que envolvem controle e manejo de populações de cães e gatos (domiciliados, semi-domiciliados, errantes e pertencentes a abrigos públicos, ONGs ou associações); nas campanhas de vacinação, na observação e no controle de zoonoses e nas suas influências ao meio ambiente, à nível local e nacional.

O Sistema Nacional de Identificação Animal é também vantajoso para promover outras adaptações sociais, tais como o desconto de Imposto de Renda na inclusão dos animais

como dependentes, inclusive permitindo a inibição de fraudes, uma vez que os animais serão identificados de uma forma segura e não arbitrária – podendo incluir gastos e despesas com a saúde dos seus animais de estimação, o que não é contemplado atualmente pela legislação nacional.

Os animais, como pessoas, poderão adquirir, herdar e partilhar bens. Abre-se, inclusive, a possibilidade de o indivíduo animal não-humano, doméstico, ser titular de herança no caso de óbito do tutor (alterando-se, posteriormente a legislação civil, ou estabelecendo-se uma saída jurisprudencial para os casos) e mesmo ser incluso como beneficiário perante os sistemas de previdência social.

Será possível incluir os animais domésticos como beneficiários em apólices de seguros de veículos (muito se ouve sobre acidentes envolvendo veículos, onde a família é hospitalizada e o indivíduo não-humano fica perdido, sem nenhum responsável pelo socorro no atendimento, se necessário, ou pelas buscas e resgate).

A facilitação da acessibilidade em voos domésticos ou internacionais é outra vantagem, com a possibilidade de cruzamento de informações, facilitar-se-á o encurtamento de burocracias.

O sistema também proporciona agilidade na logística de evacuação, resgate e alojamento de animais, em caso de catástrofes, desastres naturais e pandemias com focos infecciosos, bem como, em conflitos civis ou guerras.

Além dessas vantagens gerais e específicas para os animais domésticos comumente tratados como de estimação, há também vantagens do registro individual dos outros animais que ainda cumprem o papel de exploração comercial, na cadeia de produção de leite e de corte (pecuária, fazendas industriais e na economia doméstica); dos direcionados para pesquisas científicas (universidades, laboratórios) e dos treinados e mantidos para práticas desportivas (hipismo, vaquejada, cavalgada). Um sistema nacional de identidade individual, permitirá acompanhamento mais próximo, por órgãos reguladores e do direito animal, na observação do bem-estar desses animais.

Será possível acompanhar mais de perto a verificação do cumprimento das cinco liberdades (as liberdades nutricional, psicológica, ambiental, comportamental e sanitária), que são obrigatórias para a defesa do bem-estar animal. Será útil para emissão de laudos técnicos mais precisos e rápidos quando da necessidade de informações sobre o indivíduo animal ou indivíduos.

Em relação ao transporte de animais vivos, denominado pelo termo impessoal de “carga viva”, aumentam-se as possibilidades de observação, mesmo à distância, do que ocorre com o transporte, pelas estatísticas de baixas durante deslocamento. Dessa forma, não haverá a possibilidade de omissão de dados ou fraudes com uma possível substituição do animal.

Em caso de surgimento de alguma doença nova também em relação aos animais “de produção”, com risco de proliferação em todo território nacional, a identificação personalizada facilitará a rapidez nas estratégias de contenção da proliferação.

Além das vantagens práticas acima explicitadas, há também as vantagens simbólicas (e argumentativas) da aplicação da biometria aos animais para a consolidação da sua personalidade jurídica no Brasil.

Hoje, já existem interpretações jurídicas mais vanguardistas em relação à atribuição da personalidade jurídica dos animais não-humanos. Indo de encontro ao discurso antropocêntrico que sugere, à exemplo da interpretação tradicional do Código Civil (art. 1º - “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”) (Brasil, 2002), de que o termo “pessoa” seria somente aplicável aos humanos, a nova interpretação, retomando a noção clássica de personalidade jurídica, considera que pessoa é um ente que detém capacidade de estar posicionado em um dos polos de uma relação jurídica e, com isso, ter direitos (ou deveres), ou qualquer efeito jurídico que a norma jurídica atribuir a ele. Dessa forma, mesmo

que o ente detenha apenas um único direito conferido por norma jurídica, já se deve concluir ser ele um ente capaz de titularizar direitos ou liberdades, e, com isso, concluir-se que detém personalidade jurídica.

Os animais participam de inúmeras relações em nossa sociedade e o Direito brasileiro estabelece que os animais integram o polo de uma relação de direito e deveres, lhes conferindo proteção jurídica a seus interesses de não serem tratados com crueldade, fato que lhes confere, automaticamente, a qualidade de pessoa para o Direito (Cardoso, 2021).

Porém, como tal interpretação, embora bem racionalmente fundamentada, é ainda minoritária, as argumentações e defesas precisam estar embasadas também em outros fatores que favoreçam a categorização dos animais para a personalidade jurídica. No caso, o reconhecimento da individualidade animal determinada pela biometria, que traz a individualidade biológica de ser único, prova ser o animal uma pessoa irrepetível, por uma representação completa da personificação por dados biológicos de um corpo, nascido com vida. Isso facilita ver o animal como um ser que têm direito à liberdade, à dignidade, à imunidade, à proteção de seus interesses. Ela comprova ter o animal uma personalidade natural e que pode, no sentido jurídico, estar posicionado no papel de sujeito de direito, com personalidade jurídica.

Assim, a Identificação Biométrica representa algo mais do que uma simples identificação, ao se conferir a capacidade de se estabelecer uma identidade social e jurídica de um indivíduo que integra e interage no meio social em que (con)vive com humanos. Ele pode vir a ter, inclusive, seu registro num Cadastro de Pessoa Física (CPF), outorgando e conferindo essa burocracia a representação de uma identidade social, estabelecendo-se o respeito devido para um indivíduo que cumpre seu papel numa sociedade.

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, podemos concluir que a identidade individual animal, comprovada pela biometria pode ser ponto positivo para a argumentação contra a vertente antropocêntrica com que o Direito é informado, quando se fala dos animais não-humanos.

À primeira vista, a proposta de uma identidade animal pode parecer uma defesa idealista; mas, ao se utilizar dessa informação de forma prática, valora-se ainda mais a construção da identidade biológica individual para a completa personificação jurídica deste ser. Não apenas teoricamente, eles podem ser pragmaticamente incluídos como entes com personalidade jurídica nas normativas e instituições brasileiras. E isso pode ser um passo importante para a consecução dos avanços éticos no tratamento dos animais, com base na teoria abolicionista de Tom Regan, por exemplo, igualando, em dignidade e valor inerente, todos os sujeitos-de-uma-vida.

Este trabalho buscou apresentar um novo viés em uma abordagem ainda não discutida no país, para fomentar a reflexão. Com a proposta de uma ação, no mínimo, prática e viável, atualmente, é possível elevar ainda mais o respeito no meio social que culminará em um outro olhar da sociedade em relação aos animais não-humanos. A construção da personalidade do animal avançaria mais um passo, rompendo os paradigmas reinantes, determinados por uma sociedade de histórico e conduta antropocêntricas e especistas e que se estabelecem no meio acadêmico e jurídico até os dias de hoje.

Entendemos estarmos vivendo em tempos de mudanças de pensamentos, pontos de vista e comportamentos; mudanças essas que podem acompanhar o mesmo ritmo dos avanços tecnológicos que têm o potencial para facilitar a vida de todos que habitam esse planeta, de forma positiva. Uma sociedade precisa evoluir em todos os parâmetros morais de consideração e respeito a qualquer vida senciente, seja humana ou animal.

No tocante à criação de um Sistema de Identificação Animal, alimentado com informações em tempo real, não há como não perceber a possível agilidade e precisão de dados e de métricas; bem como a vantagem no gerenciamento dessas informações, de forma responsável e sigilosa, para maior efetividade nas estratégias de políticas públicas direcionadas ao bem-estar dos animais e do meio ambiente.

Mesmo que não haja um reconhecimento imediato dessa forma de inclusão, é possível que esse início de discussão abra caminhos para a análise e a debate da proposta, ainda que no âmbito das interpretações antropocêntricas do ordenamento jurídico, quando das discussões em torno da mudança de natureza jurídica dos animais de “coisa” e “propriedade”. Assim, também esse trabalho é uma contribuição singela para a argumentação no processo de construção e fundamentação jurídica do animal como indivíduo e dotado de um corpo físico biológico único.

Da mesma forma que a ciência têm atestado a consciência dos animais como fato e que isso reforça que todos os seres sencientes são dotados de sensibilidade e que requerem cuidados e coibição de submissão a maus-tratos, também o uso da identificação biométrica integra o conjunto de argumentos dessa marca da individualidade de um ser único e que, ao personificá-los como indivíduos de identidade biológica própria, tornaria cada vez mais difícil insistir na ideia e na argumentação de que animais são meros objetos de exploração comercial e de uso científico.

REFERÊNCIAS

AWAD, Ali I. From Classical Methods To Animal Biometrics: A Review On Cattle Identification and Tracking. **Computers and Electronics in Agriculture**, Volume 123, April 2016, Pages 423-435. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0168169916300837>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de junho de 1934. **Estabelece medidas de proteção aos animais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.714, de 29 de junho de 1965. **Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14714.htm#:~:text=LEI%20No%204.714%2C%20DE,Art. Acesso em 10 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: https://ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

Artigo: Identidade animal não mais como uma marca no lombo: identificação e autenticação biométricas para o reconhecimento da identidade biológica animal – rumo à efetivação da pessoa física animal

CARDOSO, Waleska M. Exigências Argumentativas Para a Definição da Natureza Jurídica dos Animais. **RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA**, v. 2, p. 927-964, 2022. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/2/2022_02_0927_0964.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHOI, Hyeong In; KIM, Mu-Young; KWON, Song-Hwa. Study on the Viability of Canine Nose Pattern as a Unique Biometric Marker. **Animals (Basel)**. 2021 Dec; 11(12): 3372. Multidisciplinary Digital Publishing Institute. Published online 2021. DOI: 10.3390/ani11123372. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34944149/>. Acesso em: 17 de set. de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução nº 1.321, de 24 de abril de 2020. **Institui normas sobre os documentos no âmbito da clínica médico-veterinária e dá outras providências**. Disponível em: <http://ts.cfmv.gov.br/manual/arquivos/resolucao/1321.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KARTHIK, Kannan; CHAKRABORTY, Shoubhik; BANIK, Santanu. **Muzzle Analysis For Biometric Identification Of Pigs**. 2018. DOI:10.1109/ICAPR.2017.8593204. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/330026812_Muzzle_Analysis_for_Biometric_Identification_of_Pigs. Acesso em: 28 jan. 2023.

KUMMAR, Santosh; SINGH, Sanjay Kumar; SINGH, Rishav; SINGH, Amit Kumar. **Animal Biometrics: Techniques and Applications**. India: Springer Nature Singapore Pte Ltd, 2017; 1.1040; 1080; 3513.

LOW, Philip. **The Cambridge Declaration on Consciousness**, proclaimed on July 7, 2012. Cambridge, UK. Disponível em: <https://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA); SECRETARIA DA DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA). Instrução Normativa nº 10, de 03 de março de 2017. **Aprova o regulamento técnico do PNCEBT alterado pela IN 11 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pncebt/principais-normas-pncebt/in-10-de-3-de-marco-de-2017-aprova-o-regulamento-tecnico-do-pncebt.pdf/view>. Acesso em 15 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020. **Estabelecer as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-113-de-16-de-dezembro-de-2020-294915279>. Acesso em: 15 mar. 2023.

NOVIYANTO, Ary; ARYMURTHY, Aniasi M. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Beef Cattle Identification Based On Muzzle Pattern Using A Matching Refinement Technique In The SIFT Method [2013]. **Computers and electronics in agriculture**, Vol.99, 2014, Pages 77-84. Disponível em: <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201400024495>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PATO, Joseph N.; MILLETT, Lynette I. (Eds.) Computer Science and Telecommunications Board; Division on Engineering and Physical Sciences; National Research Council of The National Academies; The National Academies Press Washington, D.C. **Biometric Recognition: Challenges and Opportunities**. 2020.

PETERSEN, William E. The Identification Of The Bovine By Means Of Nose-Prints. **Journal of Dairy Science**, Vol. V, n. 03, 1921, Pages 249-258. Disponível em: [https://www.journalofdairyscience.org/article/S0022-0302\(22\)94150-5/pdf](https://www.journalofdairyscience.org/article/S0022-0302(22)94150-5/pdf). Acesso: 29 jan. 2023.

SCHMIDEK, Anita; DURÁN, Hugo; PARANHOS DA COSTA, Mateus J. R. **Boas Práticas de Manejo, Identificação**. Jaboticabal: Funep, 2009. Disponível em: <https://www.girodobo.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Manual-de-Identifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SINDAN. **Número de cães e gatos no Brasil deve chegar a mais de 100 milhões em 10 anos**. [2021?]. Disponível em: <https://sindan.org.br/release/numero-de-caes-e-gatos-no-brasil-deve-chegar-a-mais-de-100-milhoes-em-10-anos/>. Acesso em: 11 dez. 2022 às 14.30h.

TAHA, Ayat; DARWISH, Ashraf; HASSANIEN, Abaul Ella. **Arabian Horse Identification Benchmark Dataset**. Cairo, Egypt. June 2017. Pag. 2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317614632_Arabian_Horse_Identification_Benchmark_Dataset. Acesso em: 25 set. 2022.

THE CATTLE SIDE. **Nose Print ID To Be A Thing Of The Past**. Ohio, North America. 2007. Disponível em: <https://www.thecattlesite.com/news/18904/noseprint-ids-to-be-a-thing-of-the-past>. Acesso em: 28 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Zoonoses**. July 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/zoonoses>. Acesso em: 26/01/2023.

WIDYASTUTI, Rifka. **Cat Nose Recognition**. 2018. Disponível em: https://searchworks.stanford.edu/articles/edsndl_edsndl.TW.106NTUS5396026. Acesso: 28 jan. 2023.